

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JACANÃ / TREMEMBÉ

PORTARIA Nº 08, 01 DE FEVEREIRO.

6016.2021/0001494-4

A Diretora Regional de Educação, no uso das atribuições conferidas pela Portaria SME nº 4.549, de 19/05/17 e do que consta do SEI nº 6016.2021/0001494-4, e

CONSIDERANDO:

- o disposto na Lei federal nº 13.019/14 e Decreto nº 57.575/16;

RESOLVE:

Art. 1º - O CENTRO SOCIAL LAUZANE PAULISTA, CNPJ Nº. 46.418.422/0001-82, situado Rua Ramal dos Menezes, 136 – Lauzane Paulista, São Paulo, fica credenciada, nos termos da Portaria SME nº 4.549/17, e Instrução Normativa SME nº 29, de 17/10/2019 7com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo por meio da Diretoria Regional de Educação Jacanã/ Tremembé.

Art. 2º - O credenciamento de que trata esta Portaria comprova que a Organização detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º - Para fins de comprovação do credenciamento efetuado, a Diretoria Regional de Educação Jacanã Tremembé emitirá “Certificado de Credenciamento Educacional” que a habilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º - O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º - O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando: I – não mantidas as condições de credenciamento; II – comprovada irregularidade na documentação; III – a Organização parceira com esta Pasta for denunciada por inadimplência.

Art. 6º - Nos termos da Instrução Normativa SME nº 29, de 17/10/2019, por ocasião do credenciamento, mediante a ausência dos documentos mencionados nos incisos VI e VII do artigo 2º desta Instrução Normativa, as Organizações com parceria em vigor, poderão apresentá-los até a renovação do Termo de Colaboração. ?

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAPELA DO SOCORRO

6016.2020/0085922-5

PORTARIA Nº 16, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

A Diretora Regional de Educação da Capela do Socorro, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, com fundmento na Resolução CME nº 01/18, na Instrução Normativa SME nº 9/19 e do que consta no SEI 6016.2020/0085922-5, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica autorizado, em caráter provisório, o funcionamento do Centro de Educação Infantil São Bento, localizado na Rua da Creche, nº 26, Jardim Marilda, São Paulo, mantido por CASAS - Centro de Apoio à Saúde e Assistência Social, CNPJ 09.118.844/0001-06, formalizando-se a transferência de entidade mantenedora.

Art. 2º O Centro de Educação Infantil CAFRACI Núcleo I, autorizado pela Portaria nº 161/18, DOC de 07/09/2018, passa a denominar-se Centro de Educação Infantil São Bento.

Art. 3º O CASAS - Centro de Apoio à Saúde e Assistência Social, CNPJ 09.118.844/0001-06, com sede na Rua Edoardo Bizzari, nº 13, Jardim dos Lagos, São Paulo, substituirá a Casa Frei Reginaldo de Acolhida à Criança e ao Idoso, CNPJ 04.427.955/0001-80.

Art. 4º A instituição continuará a atender crianças na faixa etária da Educação Infantil definida no Plano de Trabalho da instituição

Art. 5º Esta Diretoria Regional de Educação ficará responsável pela supervisão e qualquer demanda relativa à autorização de funcionamento da instituição

Art. 6º Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 7º O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria, pelo mantenedor, importará nos procedimentos previstos no art.36 da Resolução CME nº 01/18.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

6016.2020/0085922-5

PORTARIA Nº 17, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Diretora Regional de Educação da Capela do Socorro, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, com fundamento na Resolução CME nº 06/19, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Educacional do Centro de Educação Infantil São Bento, localizado na Rua da Creche, nº 26, Jardim Marilda, São Paulo, mantido por CASAS -Centro de Apoio à Saúde e Assistência Social, CNPJ 09.118.844/0001-06, autorizado pela Portaria nº 16, de 03/02/2021.

Art. 2º A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

6016.2021/0009851-0

PORTARIA Nº 18, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

A Diretora Regional de Educação da Capela do Socorro, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581, de 17/04/18, com fundamento na Resolução CME nº 01/18, na Instrução Normativa SME nº 9/19 e do que consta no PA nº 2017-0.163.649-9 , expede a presente Portaria:

Art. 1º. A IDE Escola de Desenvolvimento Infantil, localizada na Rua Padre José Garzotti, nº 431, Cidade Dutra, São Paulo, mantido por IDE Escola de Desenvolvimento Infantil Ltda-ME, CNPJ 28.120.823/0001-70, autorizada, em caráter provisório, pela Portaria nº 21/19, DOC de 15/02/2019, mantêm sua autorização na conformidade do inciso II do §2º do art. 27 da Resolução CME nº 01/18, permanecendo com atendimento da faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 2º. Esta Diretoria Regional de Educação continuará responsável pela supervisão e qualquer demanda relativa à autorização de funcionamento da instituição.

Art. 3º. Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 4º. O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria, pelo mantenedor, importará nos procedimentos previstos no art. 36 da Resolução CME nº 01/18.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ITAQUERA

6016.2020/0088811-0

PORTARIA Nº 10, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

A Diretora Regional de Educação Itaquera, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, com fundamento na Resolução CME nº 01/18, na Instrução Normativa SME nº 9/19 e do que consta no SEI nº 6016.2020/0088811-0, expede a presente Portaria:

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento da Escola AFECTIO MATER, localizada na Rua Camberra, 456 – Vila Formosa, São Paulo, mantida por Escola de Educação Infantil Affectio Mater LTDA, CNPJ nº 15.308.619/0001-35, com a finalidade de atender crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos de idade.

Art. 2º Esta Diretoria Regional de Educação ficará responsável pela supervisão e qualquer demanda relativa à autorização de funcionamento da instituição.

Art. 3º Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 4º O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria, pelo mantenedor, importará nos procedimentos previstos no art.36 da Resolução CME nº 01/18.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 11, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

A Diretora Regional de Educação Itaquera , no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, com fundmento na Deliberação CME nº 03/97 e Indicação CME nº 04/97, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Escolar da Escola AFFECTIO MATER, localizada na Rua Camberra, 456 – Vila Formosa, São Paulo, mantida por Escola de Educação Infantil Affectio Mater LTDA, CNPJ nº 15.308.619/0001-35, autorizado pela Portaria nº 10, de 03/02/2021.

Art. 2º A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS

SEI 6016.2018/0040591-3

PORTARIA Nº 12, DE FEVEREIRO DE 2021

O Diretor Regional de Educação de São Mateus , no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18 com fundmento na Resolução CME nº 01/18, na Instrução Normativa SME nº 9/19 e do que consta no PA 2018.0.068.542-0 expede a presente Portaria:

Art. 1º A autorização de funcionamento concedida por meio da Portaria nº 89/2016, de 11 de Julho de 2016, prorrogada pela Portaria nº137 de 10 de Julho de 2018 ao BERÇÁRIO TO-QUE DE AMOR BERÇARIO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL localizado na Rua Ursa Maior nº 531 , Cidade Satélite ,deixa de ter caráter provisório à vista da apresentação do documento expedido pela Municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ESPORTES E LAZER

GABINETE DO SECRETÁRIO

ASSESSORIA JURIDICA

6019.2020/0003132-0

I. DESPACHO

À vista dos elementos constantes do presente processo, em especial da manifestação de DCL/Contratos (038483527), da Coordenação do CEE Juscelino Kubitschek (038026977) e do CEE Raul Tabajara (038403312), bem como o parecer da Assessoria Jurídica (038608607), que acolho e adoto como razão de decidir, e diante da competência da Portaria nº 001/ SEME/2020, APLICO à contratada BRASFILTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n. 53.437.406/0001-0, nos termos do art. 87, inc. II da Lei Federal nº 8.666/93, dos arts. 54 e ss. do Decreto Municipal nº 44.279/03, além de outras legislações pertinentes, a penalidade de multa no valor de R\$ 16,64 (dezesseis reais e sessenta e quatro centavos)?, com amparo nas cláusulas do Contrato n. 005/SEME/2015, conforme cálculo de DEOF (036253012).

Fica a interessada intimada a, querendo, interpor recurso da presente decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo já franqueada a vista e a extração de cópias do processo, nos termos dos artigos 41 e seguintes da Lei Municipal nº 14.141, de 27 de março de 2006, em igual prazo, permanecendo o processo em DCL/Contratos para vistas durante o período.

6019.2020/0001360-8

I. DESPACHO

À vista dos elementos constantes do presente processo, em especial as manifestações da Divisão de Contratos e Licitações – DCL (038599543) e da Divisão de Engenharia e Serviços de Manutenção – DESM (038080959), além do parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta (038636377), que acolho e adoto como razão de decidir, e diante da competência da Portaria n. 001/SEME/2020, APLICO à empresa contratada INNOVATIVE WATER CARE IND. E COM. DE PROD. QUIM. BRASIL LTDA., CNPJ n. 43.677.178/0001-84, nos termos do art. 87, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93, dos arts. 54 e seguintes do Decreto Municipal nº 44.279/03, além da legislação correlata, a penalidade de MULTA, no valor de R\$ 15.317,60 (quinze mil, trezentos e dezessete reais e sessenta centavos), com amparo nas cláusulas do Contrato n. 004/SEME/2020, conforme cálculo de DEOF (038584953).

Fica a empresa interessada intimada a, querendo, interpor recurso da presente decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo em igual prazo desde já franqueada a vista e a extração de cópias do processo, nos termos dos arts. 41 e seguintes da Lei Municipal nº 14.141/2006, permanecendo o processo em SEME/CAF/DCL/Contratos para vistas durante o período.

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 006/SMADS/2021

Dispõe sobre a utilização dos recursos da parceria destinados à alimentação referente ao repasse do mês de fevereiro de 2021 pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

BERENICE MARIA GIANNELLA, Secretária Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declara situação de emergência no município de São Paulo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 39/SMADS/2020, que aprova o Plano de Contingência da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para o funcionamento da rede socioassistencial, direta e indireta, do município de São Paulo durante a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria nº 40/SMADS/2020, que determina a vigência das orientações referentes à fase de Retomada de Atividades, nos termos da Portaria nº 39/SMADS/2020, para os serviços das tipologias que especifica, dentre os quais os Centros para Crianças e Adolescentes - CCA;

CONSIDERANDO a Portaria nº 42/SMADS/2020, que determina a vigência das orientações referentes à fase de Retomada de Atividades, nos termos da Portaria nº 39/SMADS/2020, para os Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP;

CONSIDERANDO a Portaria nº 47/SMADS/2020, que determina a vigência das orientações referentes à fase de Retomada de Atividades, nos termos da Portaria nº 39/SMADS/2020, para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos das modalidades Centro para Juventude - CJ, Centro de Convivência Intergeracional - CCInter e Circo Social;

CONSIDERANDO a Portaria nº 05/SMADS/2021, que dispõe sobre a ampliação do atendimento presencial na fase de Retomada de Atividades, nos termos da Portaria nº 39/SMADS/2020, nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos das modalidades que especifica;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 03/SMADS/2018, que regulamenta os procedimentos para celebração, execução e prestação de contas das parcerias firmadas por Termo de Colaboração entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e as Organizações da Sociedade Civil para prestação de serviços socioassistenciais no Município de São Paulo;

RESOLVE

Art. 1º Os serviços socioassistenciais das tipologias Núcleo de Convivência de Idoso - NCI e Centro de Referência do Idoso - CRECI poderão utilizar os recursos das parcerias destinados à alimentação dos usuários referentes ao repasse de fevereiro de 2021 para compra de cestas básicas, itens de higiene, equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários à prevenção do contágio pelo COVID-19.

§ 1º Os produtos alimentícios e os itens de higiene deverão ser distribuídos pelos serviços aos usuários diretamente nos domicílios ou por retirada na unidade, organizando a distribuição de forma a evitar aglomerações.

§ 2º Os equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários à prevenção do contágio pela COVID-19 poderão ser distribuídos aos usuários e profissionais por ocasião de eventuais visitas domiciliares e distribuição de cestas básicas.

Art. 2º Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos das modalidades Centros para Criança e Adolescente - CCA, Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP, Centro para Juventude - CJ, Centro de Convivência Intergeracional - CCInter e Circo Social poderão utilizar parte dos recursos das parcerias destinados à alimentação dos usuários referente ao repasse de fevereiro de 2021 conforme segue:

I - Para compra de cestas básicas e itens de higiene a serem entregues aos usuários, mediante estudo de vulnerabilidade das famílias, priorizando-se aqueles que não retornem às atividades presenciais;

II - Para aquisição de equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários à prevenção do contágio pela COVID-19 a fim de apoiar a ampliação do atendimento presencial previsto na Portaria nº 05/SMADS/2021.

§ 1º A utilização dos recursos a que se refere o caput não poderá prejudicar a garantia de oferta de alimentação aos usuários atendidos presencialmente pelo serviço.

§ 2º Os produtos alimentícios e os itens de higiene deverão ser distribuídos pelos serviços aos usuários diretamente nos domicílios ou por retirada na unidade, organizando a distribuição de forma a evitar aglomerações.

Art. 3º Os Serviços de Assistência Social às Famílias - SASF poderão utilizar os recursos das parcerias destinados à aquisição de alimentos referentes ao repasse de fevereiro de 2021 para compra de cestas básicas e itens de higiene, a serem distribuídos aos usuários na visita domiciliar, e de equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários à prevenção do contágio pelo COVID-19 destinados aos trabalhadores do serviço.

Art. 4º O serviço deverá prestar contas da aquisição dos produtos, custos, quantidades e da relação de usuários contemplados nos termos da legislação vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA SF Nº 22, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre o Política de Privacidade e Proteção aos Dados Pessoais e do Programa de Privacidade e Proteção aos Dados Pessoais da Secretária Municipal da Fazenda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA , no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 59.767, de 15 de setembro de 2020; e

CONSIDERANDO as conclusões alcançadas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SF nº 331, de 13 de dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política de Privacidade e Proteção aos Dados Pessoais e o Programa de Privacidade e Proteção aos Dados Pessoais da Secretaria Municipal da Fazenda, na forma dos Anexos I e II, respectivamente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BUENO DE CAMARGO
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO I DA PORTARIA SF Nº 22, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO AOS DADOS PESSOAIS

Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo

Objetivos

A presente Política de Privacidade tem por objetivo implantar, no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo - SF, diretrizes para o cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e do Decreto Municipal nº 59.767, de 15 de setembro de 2020, que regulamenta a aplicação da referida Lei na Administração Municipal Direta e Indireta, visando estabelecer e manter padrões para coleta, uso, divulgação, armazenagem, proteção, acesso, transferência ou processamento de dados pessoais, de modo a proteger os direitos fundamentais de liberdade, intimidade e privacidade da pessoa natural.

Objetiva ainda descrever o comportamento esperado de todos os servidores e parceiros agindo em nome da Secretaria Municipal da Fazenda no tratamento desses dados, informando

as medidas e os cuidados necessários à preservação e à proteção dos dados pessoais.

Escopo

Os comportamentos descritos neste compromisso aplicam-se a quaisquer dados pessoais que são criados, coletados, processados, usados, compartilhados ou destruídos para ou pela SF, não contemplando dados considerados anônimos.

Os preceitos deste documento devem ser observados por todos os servidores, colaboradores, temporários e outros empregados da SF, bem como por toda a equipe afiliada a terceiros relacionados de algum modo com esta Secretaria que possam ter acesso a informações e recursos aplicáveis, inclusive serviços baseados em “nuvem”, hospedados dentro e/ ou fora da Secretaria.

O compromisso da SF para com os titulares dos dados pessoais é de que o tratamento de todos os dados coletados observe estritamente a LGPD, tenha como objetivo propósitos legítimos e a persecução do interesse público, e se dê no exercício das competências ou atribuições legais da Secretaria.

Tais orientações aplicam-se a quaisquer dados pessoais processados no Brasil ou no exterior pela SF ou em seu nome, seja por meios eletrônicos e digitais ou manuais.

Entre as normas de proteção de dados aplicáveis e a presente Política de Privacidade e Proteção aos Dados Pessoais, prevalecerá sempre a de padrão mais elevado na proteção aos dados pessoais.

Alterações, modificações e atualizações desta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais devem ser amplamente divulgadas interna e externamente.

Definições e Princípios

Este documento utiliza as definições e os princípios apresentados no artigo 5º e artigo 6º da Lei nº 13.709, de 2018, e artigo 2º e artigo 3º do Decreto Municipal nº 59.767, de 2020.

Tratamento dos Dados Pessoais

É compromisso que o tratamento de dados pessoais somente será realizado nas seguintes hipóteses:

- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, objetivando o exercício de suas competências legais;
 - para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em lei e regulamentos ou respaldadas por contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
 - para exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou de arbitragem;
 - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente;
 - quando necessário para atender aos interesses legítimos da Administração, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais que exijam a proteção dos dados pessoais do titular;
 - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular, fornecido por escrito ou outro que demonstre a manifestação da sua vontade, com cláusula destacada e finalidade determinada e sem vícios de consentimento;
- Dados pessoais sensíveis poderão ser tratados somente nas hipóteses legalmente definidas.

A coleta e o tratamento de dados pessoais pela Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo, ou por terceiros em seu nome, para uso próprio ou compartilhado, atenderão às finalidades específicas de execução de suas atribuições legais.

Em qualquer caso, serão informadas as hipóteses nas quais, no exercício de suas competências, a Secretaria realize o tratamento de tais dados, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas.

Dados pessoais só serão transferidos a entidades públicas ou privadas, observado o compromisso de proteção destes dados por estas, nos seguintes casos:

- de execução descentralizada de atividade pública que exija esta transferência, exclusivamente para esse fim;
- os dados forem acessíveis publicamente, na forma da lei;
- previsão legal ou respaldo em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, com a ciência da Controladoria Geral do Município; ou
- a transferência dos dados objetivar a prevenção de fraudes e irregularidades

A transferência internacional de dados pessoais será permitida para países e organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais equivalentes aos da lei brasileira, nos termos das regulações vigentes.

O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes será realizado em seu melhor interesse, sempre com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, na forma da legislação.

As divulgações de dados sem consentimento só serão permitidas na medida em que forem solicitadas para uma ou mais das finalidades abaixo:

- proteger a segurança nacional;
- prevenir ou detectar crimes, inclusive apreensão ou acusação de criminosos;
- avaliar ou cobrar obrigações de dívidas tributárias ou não tributárias;
- cumprir funções regulatórias (incluindo saúde, segurança e bem-estar das pessoas no trabalho);
- evitar sérios danos a terceiros.

Responsabilidade

As definições dos agentes de tratamento (controlador, operador e encarregado) utilizadas na presente Política de Privacidade e Proteção aos Dados Pessoais são as apresentadas no artigo 5º da Lei nº 13.709, de 2018, e no artigo 2º do Decreto Municipal nº Lei 59.767, de 2020.

Matriz de Responsabilidade na Secretaria Municipal da Fazenda

Gabinete do Secretário

É sua responsabilidade monitorar a aderência das condutas cotidianas a esta Política de Proteção e Privacidade aos Dados Pessoais, especialmente:

- manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizem, especialmente quando baseado no legítimo interesse;
- manter atualizada a análise de risco dos processos com dados pessoais realizados;
- dar cumprimento às determinações referentes à proteção de dados pessoais emanadas da Controladoria Geral do Município - CGM;
- sempre que solicitado, fazer cessar afirmada violação à LGPD ou apresentar as justificativas pertinentes;
- encaminhar à CGM, no prazo solicitado, informações sobre tratamento de dados realizados, relatório de impacto à proteção de dados pessoais ou informações necessárias à sua elaboração;
- informar e manter a CGM atualizada sobre as políticas de proteção de dados na SF.

É de sua competência a observação contínua da legislação aplicável à privacidade e proteção de dados pessoais, o contínuo aperfeiçoamento de controles em consonância com o nível aceitável de risco no tratamento dos dados sob sua responsabilidade e a publicidade desta Política.

Deve estabelecer, juntamente com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTEC), políticas e procedimentos gerais para a preservação dos dados digitais sob responsabilidade da Secretaria, bem como a implementação e monitoramento de sistemas de controle interno necessários para alcançar os objetivos de segurança e conformidade e, juntamente com a Coordenadoria de Administração (COADM), políticas de treinamento para atendimento das imposições da LGPD.

O Gabinete do Secretário é responsável por elaborar relatórios quando requerido pelas autoridades competentes e